

Jornal do Brasil – 13/01/2008

Editorial

Político ocupa pasta técnica

A indicação do senador Edison Lobão, organizada pelo senador José Sarney e abraçada como vital pelo comando do PMDB, para o Ministério das Minas e Energia, é, no mínimo, um desastre, tanto do ponto de vista econômico quanto político. Com o risco do apagão batendo às portas, fortalecido pela queda no nível de reservatórios de águas nas hidrelétricas e de gás para tocar usinas, carros e fogões, nada justifica a escolha política de um jornalista que se fez nos palanques da Arena durante a ditadura militar, passou anos no PFL e debandou para a ala peemedebista no fim do ano passado.

Não é de se estranhar, contudo, que o presidente Lula tenha abraçado a escolha do PMDB, forçado pelo desastre do anúncio do aumento do Imposto sobre Operações Financeiras e da Contribuição sobre o Lucro Líquido. E, especialmente porque, mais uma vez, depende da negociação fisiológica e rasteira para convencer deputados e senadores ditos governistas a aprovarem o corte de R\$ 20 bilhões que terá de promover no Orçamento da União. Não que precise mesmo disso. Afinal, a legislação prevê que, em caso de atraso na votação da peça orçamentária, o governo pode ir fazendo gastos de duodécimos mensais, para evitar que o país seja paralisado pelo Congresso.

A solução existe, mas seguramente não é a melhor para o país. A autorização para o uso de um duodécimo do Orçamento do ano anterior vale apenas para as despesas de custeio da administração direta. Não liberam os investimentos das estatais que, obrigatoriamente, precisam ser aprovados pelo Congresso com base no Orçamento. E, em ano eleitoral, investimentos fazem a diferença. Na era Lula, especialmente, são estratégicos e funcionam como divisores de água entre promessas e realidades. As obras do Plano de Aceleração do Crescimento, anunciadas em todos os recantos nacionais, num bem elaborado jogo de marketing presidencial, dependem, portanto, dos votos parlamentares.

O presidente Lula optou pela dependência política desde o primeiro mandato. Neste, o PMDB ganhou músculos para impor-se como contrapeso à influência petista na gestão federal. A tal ponto que não se constrange em impor sua vontade política num ministério tão fundamental ao país. E o faz no mesmo dia em que o presidente reúne a equipe encarregada de garantir energia ao país para cobrar soluções urgentes que desfaçam o temor de cortes de luz e de fornecimento de gás a curto, médio e longo prazos.

O que o senador Edison Lobão entende do complexo sistema de produção energética nacional? Pelo que se sabe, nada. Em abril e julho de 2007, por exemplo, foi à tribuna do Senado para advertir sobre o risco de apagão no país com base em dados do Instituto Acende Brasil, mantido por investidores privados. Na ocasião, afirmou que a possibilidade de o país ficar às escuras em 2011 era de 30% porque o governo Lula não investia o suficiente para ampliar a oferta de energia no país.

Na época, óbvio, não ambicionava ocupar posto ministerial. Nem antevia a possibilidade. Integrava na bancada de oposição. Agora, com a promessa do presidente Lula de formalizar a indicação para o Ministério de Minas e Energia quarta-feira desta semana, mudou totalmente de opinião. "Olhando o quadro atual, acho que as autoridades do governo tiveram preocupação e, a seu modo, adotaram as providências seguras", opinou na quinta-feira. "Não acredito que venha a ocorrer qualquer tipo de apagão".

É esse o político que vai dirigir, até decisão em contrário, um ministério essencialmente técnico. Sob a batuta da atual ministra chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, os principais postos da pasta e das estatais correlatas foram ocupados por petistas. Nelson Hubner, que ficou ministro por sete meses, era secretário-executivo quando Dilma chefiava a casa. O acordo com o PMDB, na teoria, prevê a manutenção da atual divisão de poder com os petistas na Eletrobrás, Eletrosul, Eletronorte, Chesf, Furnas e Eletronuclear. Mas a sede peemedebista pelos postos dificilmente será contida. O panorama aponta para tempos de conturbação política num momento em que o Brasil mais precisa de energia para crescer.